



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Prado, Edna Cristina do; Duarte Grego, Sonia Maria
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO MOVA ABC: DOS MOVIMENTOS POPULARES DOS ANOS 60 À
PERSPECTIVA NEOLIBERAL

EccoS Revista Científica, vol. 11, núm. 2, julio-diciembre, 2009, pp. 353-374

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71512786003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

[redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO MOVA ABC: DOS MOVIMENTOS POPULARES DOS ANOS 60 À PERSPECTIVA NEOLIBERAL

Edna Cristina do Prado*

Sonia Maria Duarte Grego**

* Doutorado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil. Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas, Brasil

** Doutorado em Ciências da Educação pela Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, Brasil. Professora Adjunto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

O presente artigo, a partir da categoria participação social, analisa as rupturas e contradições presentes no Movimento de Alfabetização do ABCD paulista em relação às propostas dos movimentos populares de jovens e adultos dos anos 60. Entrevistas, depoimentos, documentos e dados censitários foram utilizados na análise, tendo como referenciais a teoria crítica, com especial ênfase nos estudos e pesquisas desenvolvidas na perspectiva educacional freireana. Os resultados mostram que entre as rupturas e contradições destacam-se: a dependência do movimento às oscilações dos recursos financeiros e interesses dos parceiros envolvidos em detrimento às reivindicações das bases; a fragilidade e aligeiramento da formação docente; a ausência dos dados quantitativos e qualitativos sobre a demanda e desempenho dos educandos, os quais, aliados às diferenças espaciais, históricas e ideológicas observadas no movimento atual, revelam que o MOVA-Regional distorce em alguns momentos a proposta de educação popular de Paulo Freire utilizando-se de seus próprios princípios.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Social. Políticas Públicas. EJA. Educação Popular MOVA-Regional

1 Introdução

A idéia central deste artigo é a de que o Brasil continua apresentando na educação de jovens e adultos, quer seja ela formal ou não-formal, institucional ou vinculada a organizações da sociedade civil, ou como no caso do MOVA-Regional, uma experiência de parceria entre o poder público e a sociedade, problemas antigos que não têm conseguido soluções satisfatórias.

É inegável que a proposta educacional dos movimentos de alfabetização pautados no ideário freireano é arrojada e viável em alguns aspectos, em especial no que tange à parceria estabelecida entre a sociedade civil e o poder público. Entretanto, nos dias de hoje, mais de 40 anos depois das primeiras manifestações populares em prol da alfabetização de adultos, o contexto brasileiro é outro, novas relações estão postas; assim o MOVA-Regional parece mostrar-se ingênuo no que diz respeito ao seu efetivo poder de democratização e acesso ao saber sistematizado pela escola. A democratização do ensino das pessoas jovens e adultas deve significar uma unidade dialética entre quantidade e qualidade, problemática que há muito tempo vem sendo discutida na educação brasileira (BEISIEGEL, 1998; DI PIERRO, 2000; HADADD, 1997; PAIVA, 1973). Não basta matricular os analfabetos e divulgar dados com números elevados de matrículas, é preciso, antes de tudo, oferecer-lhes uma educação de boa qualidade a fim de que possam efetivamente se alfabetizar.

Os dados freqüentemente divulgados pelas coordenações locais e pela coordenação regional do movimento não deixam dúvidas sobre o fato do MOVA-Regional ter conseguido atender ao aspecto quantitativo de seu objetivo inicial, o de atingir a maior parte das pessoas das camadas populares, absorvendo um grande número da parcela de excluídos do ensino regular, através do aumento do número de matrículas, em especial no início da década de 90.

2 O MOVA-Regional

O MOVA-Regional é um programa pautado na relação de parceria existente entre as esferas do governo e da sociedade civil organizada e visa ao atendimento comunitário de jovens e adultos analfabetos e/ou com baixa escolarização. Sua origem está ligada ao MOVA-SP, criado em 1989. As primeiras turmas do MOVA na região do ABCD foram organizadas no município de Diadema, em 1995, expandindo-se aos poucos para as demais cidades. Há um discurso muito presente na região que apregoa os grandes resultados alcançados pelo MOVA, em especial sobre a melhoria do poder de articulação entre sociedade civil e governo. Entretanto, uma análise mais aprofundada sobre o movimento (PRADO, 2002; 2007), indicou que por trás da aparente eficácia e eficiência das ações desenvolvidas no movimento, muitos problemas e limitações impedem, ou pelo menos relativizam as freqüentes manifestações de apoio e mérito irrestritos ao MOVA. São inegáveis as contribuições desse movimento popular à educação de jovens e adultos. Entretanto, a idéia aqui apresentada é a de que o Movimento de Alfabetização no ABCD, MOVA-Regional, aproxima-se, no que tange à participação social, mais da proposta neoliberal de educação do que das propostas dos movimentos populares de alfabetização dos anos 60, influenciados pelo ideário freireano.

Entrevistas, depoimentos, documentos e dados censitários foram utilizados na análise, tendo como referenciais a legislação e a teoria crítica, com especial ênfase nos estudos e pesquisas desenvolvidas na perspectiva educacional freireana. A literatura sobre o tema deu os fundamentos para a realização da análise com vistas a avaliar em que medida o MOVA-Regional foi se afastando das idéias originais de Paulo Freire sobre alfabetização de jovens e adultos, via movimento popular.

3 A participação social

Ao buscar as semelhanças e diferenças entre os movimentos populares de alfabetização dos anos 60 e pós-ditadura e o MOVA-Regional do final dos anos 90 e início do século XXI, é fundamental para a análise compreender que as condições políticas e sociais, assim como o papel de Estado daquela época são muito diferentes das de hoje. Se no passado, diante de um governo militar, a educação de adultos era vista como uma alternativa, talvez a única, à educação oferecida pelo Estado, hoje a educação de adultos permanece relegada a um segundo plano nas agendas políticas. A maioria dos programas atuais parece responder apenas, isso quando conseguem, às exigências de um mercado neoliberal, preocupado com uma mão-de-obra mais qualificada em função de certificações internacionais e, é óbvio, mais lucro.

No início dos anos 60 tem início uma das experiências mais importantes de alfabetização de jovens e adultos da história da educação brasileira, o Movimento de Cultura Popular – MCP. Paulo Freire era um dos idealizadores e nele começou a desenvolver suas primeiras reflexões sobre a educação de jovens e adultos e sobre a sua pedagogia voltada para as classes oprimidas.

Anos depois, no governo militar, nega-se tudo o que havia sido feito na década de 50 e início dos anos 60, a Ditadura retorna às campanhas e grandes cruzadas contra o analfabetismo, características marcantes no início do século XIX e, numa perspectiva formal, próxima à institucionalização, cria-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Com exceção das décadas de 50 e 60, sempre houve um distanciamento da sociedade civil e do Estado no que diz respeito à educação de jovens e adultos no Brasil. Entretanto, a partir do final da década de 80 e início dos anos 90, fortemente influenciados pelas medidas educacionais de ajuste neoliberal, um novo cenário começa a ser construído em função de novos mecanismos

de associativismo, em especial, entre três principais atores: sociedade civil, empresas e Estado. Neste sentido, merece destaque o movimento de alfabetização de adultos (MOVA) idealizado e implementado por Paulo Freire na cidade de São Paulo, em 1989.

Hoje, em função da face neoliberal do capitalismo atrelada à globalização, um novo cenário político-social está posto e nele surgem novas instâncias de poder e novos protagonistas sociais.

Com a saída dos militares do poder, a partir de 1985, começa a se alterar o significado atribuído à sociedade civil. Com a progressiva abertura de canais de participação e de representação política, a partir das pressões populares, promovido pelos novos governantes, os movimentos sociais (especialmente os populares) perderam paulatinamente a centralidade que tinham nos discursos sobre a participação da sociedade civil. Passa a haver uma fragmentação do que se denominou como “sujeito social histórico”, centrado nos setores populares, fruto de uma aliança movimento sindical + movimento popular de bairro (trabalhadores e moradores), até então tidos como relevantes para o processo de mudança e transformação social. Surge uma pluralidade de novos atores, decorrentes de novas formas de associativismos que emergem na cena política. (GOHN, 2005 p. 74)

A participação da comunidade civil está na matriz ético-filosófica de Freire e logo, na essência do MOVA, que vê o seu educando não como mero expectador da realidade histórica, mas como um sujeito ativo, capaz de transformá-la. Entretanto, o cenário da mobilização e da organização da sociedade civil tem mudado muito nos últimos anos em função de inúmeras alterações, em especial, as de ordem político-econômica e tecnológica. Hoje, o modelo econômico neoliberal, subordinado à rapidez e à perversi-

dade dos ditames do mercado globalizado, gerou o desemprego em massa; a redução salarial; a perda de direitos sociais; flexibilização da legislação trabalhista; o aumento dos índices de criminalidade; precárias condições de atendimentos nas áreas sociais.

Sobre o cenário delineado acima, Gohn (2005 p. 77) afirma que

Como o modelo econômico vigente, subordinado aos ditames do mercado globalizado, não prioriza uma agenda de crescimento da economia via expansão do emprego formal (que, ao contrário, só reduz o contingente de mão-de-obra empregada devido à própria informatização, as reengenharias administrativas, e à própria crise fiscal das empresas), o setor que cresce é o da economia informal, passível de arranjos onde os custos e os direitos trabalhistas são descartados e as organizações da sociedade civil – novas e antigas – são incorporadas como agentes de intermediação no atendimento das demandas sociais. A demanda básica dos setores populares passa ser o emprego, e como não há trabalho, formal ou informal, para todos, criam-se programas de atendimento emergencial: cestas básicas, bolsa-trabalho [...]

Tais mudanças atingiram e mudaram muito a característica da região do Grande ABCD paulista que no início dos anos 90 destacava-se no cenário nacional como um grande pólo industrial e palco de grandes conquistas trabalhistas. Embora ainda ocupando uma posição de destaque, a região sofreu grande redução em termos de quantidade de empresas que despenhavam suas atividades nos municípios e, logo, uma acentuada redução nas oportunidades de emprego. A retirada das empresas em grande escala da região, durante os primeiros anos da década de 90, pode ser considerada como uma das estratégias usadas pelo capital para enfraquecer os movimentos sociais. Isto porque o movimento social é, em certa medida, controlado

pelo capital, que migra para outras localidades, para outras regiões a fim de neutralizar suas ações. Hoje, tanto instituições da sociedade civil, quanto sindicatos de classe estão sujeitos, em maior ou menor escala, às imposições do governo e das agências internacionais.

Deve-se registrar ainda que são as verbas nacionais do FAT – Fundo de Amparo ao trabalhador (que administram os recursos do FGTS, PIS/PASEP, etc.) e as verbas internacionais, principalmente do Banco Mundial, que subsidiam financeiramente tais programas. Disso resulta que um grande volume de dinheiro é distribuído pelo governo para instituições e sindicatos promoverem cursos. Alguns sindicatos alteraram sua rotina e passaram a se dedicar a organizar filas e inscrições de trabalhadores desempregados à espera de uma vaga nos cursos. O governo federal exerce um controle sobre a distribuição das verbas segundo seus interesses. Os cursos são, portanto, parte das políticas do modelo econômico vigente, na nova sociedade globalizada, que priorizam os interesses do capital especulativo internacional em detrimento do desenvolvimento nacional. (GOHN, 1999 p. 96)

Essa situação pode ser percebida na própria mudança de atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que no passado apresentava uma postura mais opositiva às propostas governamentais. O sindicato é, desde a criação do MOVA-Regional, o responsável direto pela gestão dos vários recursos recebidos pelo movimento.

De acordo com várias análises sobre esta nova configuração (BEGHIN, 2005; GOHN, 1999; ROSSI, 1998 apud BEGHIN, 2005), somente quando as consequências desse quadro político-econômico atingiram o mercado financeiro, através de várias crises nas bolsas de valores e os grandes investidores financeiros mundiais perderam repentinamente milhões de dólares é que a

atenção deles se volta para o âmbito social, pois até então, vários protestos e resistências mundiais às reformas neoliberais eram considerados como “vozes do passado” (GOHN, 1999). Diante disto, o crescimento econômico propriamente dito deixa de ser central e a questão social passa a ser considerada pelos analistas financeiros internacionais como o grande desafio a ser enfrentado pelos governos dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Diante de tamanhas mudanças, a natureza do conflito social presente nos movimentos sociais também se alterou e a identidade da maioria deles, que até então, caracterizava-se pela identificação com uma causa comum (por exemplo: a alfabetização), hoje, pulveriza-se em várias causas específicas, particulares a cada grupo (movimento dos sem-terra, dos negros, das mulheres, das crianças de rua, dos desempregados, etc.). Como não poderia deixar de ser, as políticas públicas sociais também perderam seu caráter universalizante e, num processo de focalização, passaram ser formuladas de forma particularista, ficando popularmente conhecidas como políticas públicas compensatórias. Tais políticas também deixaram de ser gerenciadas exclusivamente pelo Estado; hoje, as novas parcerias entre Estado e a sociedade civil correspondem aos novos espaços de conflito e negociação social.

Nesses novos espaços, novos atores também assumem o papel de protagonistas. Entre eles, destacam-se as organizações não-governamentais, popularmente conhecidas apenas como ONGs, as instituições, as fundações e os movimentos populares, todos guardando como características centrais o fato de não fazerem parte do governo (Estado) e de não possuírem fins lucrativos. Juntos, tais atores são conhecidos pela expressão “terceiro setor”, que não se confunde com o setor terciário da economia (contraponto dos setores da indústria e agricultura). Hoje, o primeiro setor é entendido como o Estado e o segundo como o mercado.

Faz-se necessária uma ressalva quanto às fundações, uma vez que se vinculam diretamente às grandes empresas. No início dos anos 90, o terceiro setor era composto apenas pelo conjunto de associações voluntárias que, por

não possuem fins lucrativos, ganhavam visibilidade social de forma contrária aos ditames do mercado. Entretanto, no final da mesma década tornaram-se crescentes os investimentos de grandes empresas nesse setor, a fim de diminuir seus gastos com pagamento de taxas e impostos. Para tanto, tais empresas organizavam “fundações” destinadas à gestão de seus recursos aplicados em obras sociais. (BEGHIN, 2005)

Gohn (1999 p. 87) apresenta dois tipos diferentes de participação da sociedade civil na história recente do país. No primeiro, movimentos populares dos anos 50-60 e 70-80, as opções político-ideológicas de esquerda constituem-se como fator mobilizador de um grupo que reivindicava direitos sociais, políticos, econômicos, culturais. E, no segundo, movimentos atuais, não há, necessariamente, uma unidade ideológica que mobilize e garanta um envolvimento mais duradouro. Isto porque, são pouco ou nada politizados e, na maioria das vezes, são contrários às ideologias libertárias, integrando-se mais às políticas neoliberais. Como visto acima, advêm de entidades criadas ou patrocinadas por empresas, nacionais e internacionais ou por instituições financeiras, públicas e privadas, na modalidade de fundações. Outro aspecto que também merece destaque é a relação de muitas ONGs com o Banco Mundial. Segundo Gohn (1999 p. 87), os primeiros projetos de ONGs patrocinados pelo Banco Mundial ocorreram em 1970 e a partir da década de 90 têm aumentado consideravelmente.

As ONGs dos anos 80 eram politizadas e articuladas a partidos, sindicatos e alas da Igreja progressista. O associativismo predominante nos anos 90 não deriva de processos de mobilização de massa, mas de processos de mobilizações pontuais. Qual a grande diferença? No primeiro caso, a mobilização se faz a partir de núcleos de militantes que se dedicam a uma causa segundo as diretrizes de uma organização. No segundo, a mobilização se faz a

partir do atendimento a um apelo feito por alguma entidade plural, fundamentada em objetivos humanísticos. [...] . Este tipo de associativismo não demanda dos indivíduos obrigações e deveres permanentes para com uma organização. E a mobilização se efetua independentemente de laços anteriores de pertencimento, o que não ocorre com a militância do primeiro tipo. (grifo nosso)

Esta diferença motivada por opções político-ideológicas mostra-se presente, de forma clara, na análise que aqui se faz do MOVA-Regional. Por mais que os seus objetivos afirmem há necessidade de um engajamento popular de seus educadores, os dados mostram que outros fatores são responsáveis pela permanência destes educadores no movimento, em especial, a motivação financeira, por menor que seja o valor do auxílio recebido.

Hoje a gente paga R\$ 16,76 por aluno, então hoje com uma sala de aula que tem 20 alunos o educador recebe R\$ 333,00, para dar aula. Mesmo que a sala tenha mais de 20 alunos o educador sabe que só vai receber por 20, isto porque quando a gente fez este negócio de bolsa per capta, pensamos, se não estipularmos um limite vai ter gente que vai ter 50 pessoas em uma sala para ganhar mais [...] a gente acredita que como nas salas do MOVA são vários alunos diferenciados e é complicado você trabalhar com mais de 20 alunos em uma sala de aula, existem muitas diferenças, às vezes um aluno está no início do processo de alfabetização, outro já está alfabetizado, só quer dar continuidade. (coordenador local)

Na fala acima, percebe-se que há no município uma relação direta entre o número de educandos e o auxílio financeiro recebido pelo educador, aspec-

to que difere da maior parte dos MOVAs em nível nacional e, de certa forma, condenável pelos próprios idealizadores do movimento, isto porque,

a vinculação da ajuda de custo do alfabetizador ao número de alunos alfabetizados ao final de um curto período de escolarização induz à fraude [...], além de induzir critérios de mercado em um processo cultural de outra natureza. (MOVA, 2005, p. 67)

Percebe-se nitidamente nesta fala que, mesmo contrariando um dos princípios originais do MOVA, em muitos momentos se estabelece no MOVA-Regional uma relação mercadológica, aproximando o trabalho do educador ao trabalho por produção; quanto mais aluno, mais se recebe. A referência à ajuda de custo é feita através de vocábulos inerentes ao sistema econômico “a gente paga”, “o educador recebe”, confirmando as afirmações dos professores da região por ocasião da abertura das primeiras salas do movimento, segundo as quais, o MOVA-Regional parece caracterizar-se mais como um mecanismo de “barateamento” da educação de adultos, pois no lugar de contratar um professor formado, sai mais barato “dar” uma ajuda de custo a um professor leigo. O estabelecimento de um limite máximo de alunos por sala também segue a mesma lógica, o receio de salas numerosas que aumentassem o valor recebido pelo educador é apontado como primeiro fator a ser considerado na definição do valor do auxílio, em segundo plano aparece a preocupação pedagógica do trabalho a ser desenvolvido.

É interessante notar que nas falas dos educadores entrevistados não houve nenhum tipo de comentário negativo em relação ao valor da bolsa recebida, mas um educador da cidade em que o valor da bolsa está vinculado ao número de aluno deixou escapar que eles são orientados a não falarem sobre o valor recebido e, o que é mais significativo, deixou claro que alguns educadores mantêm na sala alunos em condições de prosseguir-

rem seus estudos, isto porque, “aprová-los” corresponde a uma diminuição significativa no valor da bolsa recebida:

Eu tenho 24 alunos, mas se uma sala do MOVA tiver 10 alunos ela funciona normalmente, o salário é vinculado ao número de alunos, se o aluno sai, o salário cai. A gente nem pode falar a respeito de números, não é permitido, porque a gente recebe uma ajuda de custo, não chama salário, e esta ajuda de custo é por número de alunos. É assim: você pode ter 20 alunos em uma sala, no dia da visita a assistente chega e só tem 10, ela vai contar por estes 10, tudo bem, pode ter faltado, ela deixa passar, na próxima visita se tiver 10 de novo, tem alguma coisa errada não é mesmo? Elas vão procurar saber o que está acontecendo daí a ajuda de custo cai. Elas vêm sem avisar. A gente assina um termo dizendo que somos voluntários, recebemos R\$ 16,20 por aluno, e também tem limite, eles só pagam por 20 alunos, se você tiver 30 alunos, recebe a ajuda de custo por 20. Tenho 4 a mais, não me importo, teve época que cheguei ter 10 a mais, não me importava. Eu não tenho a incerteza do quanto irei receber no final do mês. Mas eu conheço educadora que segurou sim alguns alunos para não diminuir o salário. Você sabe que esta ajuda de custo ajuda muito, às vezes, é um salário, às vezes pagam um aluguel, existe sim gente que segura o aluno mesmo até quando é possível, mas tem uma hora que o aluno vai. (educador – grifos nossos)

Há ainda na fala deste educador outro aspecto da formação continuada do MOVA-Regional que corresponde às constantes visitas da equipe técnico-pedagógica às salas de aula. Realizadas quinzenalmente ou mensalmente, dependendo do município, têm o objetivo de dialogar mais sobre a

realidade do grupo, sobre as suas necessidades e para que, nos encontros semanais, estas questões sejam discutidas. Mas, como visto nem sempre essas visitas apresentam apenas tais objetivos, assemelhando-se em alguns casos à mera fiscalização “elas vêm sem avisar”, mais preocupada com o número de alunos em sala do que propriamente dito com a parte pedagógica, que não foi citada por nenhum dos educadores entrevistados.

Embora idealizado como uma ajuda de custo é inegável que a bolsa auxílio para os educadores tem se constituído, nos dias de hoje, como um salário ou complementação salarial no caso de muitos educadores, tanto que alguns coordenadores falaram abertamente sobre este aspecto:

A gente tem problemas sim. R\$ 333,00 para eles é salário, coisa que não deveria ser salário, é uma bolsa, mas para eles entra como salário. Temos clareza que se tirar esta bolsa muitos sairão do grupo. (coordenador local, grifos nossos)

A fala acima afirma que o não fornecimento do auxílio financeiro implicaria a saída de muitos educadores do MOVA, o que coloca em prova o comprometimento político-social de muitos e também reforça os problemas político-econômicos advindos das ações neoliberais que afetaram diretamente a oferta de empregos na região do ABC.

A questão do trabalho profissional remunerado versus o trabalho voluntário relaciona-se diretamente às novas formas de parcerias do terceiro setor da economia, que passaram a ganhar centralidade no cenário que começou a ser desenhado nos anos 90. As atuais articulações entre Estado, empresários e ONGs geraram novas modalidades de trabalho, merecendo destaque a forma de associativismo conhecida com voluntariado. No voluntariado qualquer membro da sociedade (cidadãos comuns, igrejas, comunidades, empresas, etc.), pode ter ações que vão além da obrigação legal, da busca por salários ou pelo lucro. Entretanto, muitas relações de

voluntarismo refletem, na verdade, interesses menos humanitários, justamente contrários aos que se propõem. A ação voluntária é, em muitos casos, uma forma de camuflar as verdadeiras causas do desemprego estrutural, controlando as formas de pressão social, via organização popular, via movimentos. Muitas ações “voluntárias” correspondem a uma reestruturação das formas assalariadas de trabalho, uma vez que combinam trabalho assalariado e trabalho voluntário através de projetos pontuais. Na realidade, ações desta natureza constituem-se em mais uma forma de exploração da força de trabalho, ou seja, mais uma artimanha neoliberal para desobrigar a atuação do Estado na área social. (GENTILI, 1995; GOHN, 1999; 2005; BEGHIN, 2005).

Os dados acima deixam transparecer outro fator que distancia o MOVA-Regional dos movimentos populares de alfabetização de jovens e adultos do passado: a motivação de seus participantes. Como visto, no passado era a ideologia libertária que movia os intelectuais, estudantes e comunidades para os movimentos.

A falta de um incentivo financeiro também é apontada pelo próprio Paulo Freire em uma de suas várias explicações sobre a experiência em Angicos e Recife. Embora se referindo diretamente à utilização de recursos visuais no processo de alfabetização, Paulo Freire deixa claro o aspecto financeiro como outra diferença existente entre os movimentos populares de alfabetização dos anos 60 e MOVA-Regional, nos quais havia a verdadeira essência do voluntariado:

As experiências de Angicos e de Recife tiveram suas palavras geradoras representadas por desenhos. Mas achávamos que ficaria melhor se usássemos fotografias. Procuramos um amigo comum a várias pessoas do nosso grupo e excelente fotógrafo profissional. O fato de ser amigo era importante porque até aquele momento não existiam recursos financeiros para bancar

a experiência. O Xavier foi convencido da importância do trabalho e “levado” a colaborar. (FREIRE, 1985 apud BARRETO, 1998, p. 103, grifo nosso)

A grande questão que se coloca a partir desse relato é: será que hoje os educadores que estão no MOVA-Regional continuariam a realizar suas ações pedagógicas sem a ajuda de custo, apenas pelo voluntarismo, pela causa popular, assim como fizeram os educadores dos movimentos populares de alfabetização do passado? As falas dos sujeitos entrevistados apontam para uma resposta negativa.

A participação da sociedade civil nos anos 70 e 80, via entidades chamadas de cidadãs ou militantes (GOHN, 1999), caracterizava-se, basicamente, pela luta contra o regime militar vigente (torturas, presos políticos, exílio) e pelos direitos e condições mínimas de sobrevivência (necessidades básicas), tais objetivos aproximaram-nas dos movimentos de esquerda (oposição à Ditadura Militar). Nos anos 90 os princípios norteadores dessa participação social são alterados pela nova configuração mundial e, atingidas por uma crise econômica advinda da perda de recursos de muitos patrocinadores internacionais muitas ONGs sofreram alterações em suas estruturas organizacionais.

Procurando angariar recursos financeiros para suas atividades, muitos movimentos e ONGs tiveram necessidade de melhorar a qualificação de seus membros. Influenciados pelas pressões do modelo econômico vigente, os vocábulos eficiência e produtividade passaram a ser prioridades na formulação, gestão e avaliação de seus projetos sociais, até porque, sem tais preocupações, os investidores (“parceiros”) não aplicariam seu dinheiro em projetos não confiáveis. Aspecto central na análise feita sobre os motivos que levaram à saída de inúmeras empresas parceiras do MOVA-Regional que, na busca pelo lucro, parecem recorrer a “investimentos” melhores, através de parcerias com ONGs mais organizadas e de maior visibilidade social.

Nos anos iniciais do MOVA-Regional havia várias empresas de médio e grande porte como parceiras (diretas e indiretas) do movimento, como ilustra a fala do coordenador regional:

Houve naquela época [1997] parcerias com o Banco do Brasil, Nossa Caixa, do Banestado, que é do Paraná, Unibanco, Bradesco, Unimed, Ford, essas são parcerias pontuais, eles patrocinam uma atividade, um evento, uma camiseta, caneta, pastas, estas coisas, malas com Kit de material escolar: caderno, lápis, borracha, estas coisas [...] Certa vez uma empresa de publicidade patrocinou uma propaganda de divulgação do MOVA na revista Veja. (coordenador regional)

Apenas neste pequeno trecho é possível contar mais de oito grandes parceiros do movimento, número muito importante para a garantia das ações educativas do MOVA, que na época contava com mais de 7.000 educandos, de acordo com a documentação analisada. Hoje, entretanto, a situação é muito diferente. O MOVA-Regional não conta mais com a parceria de um número elevado de empresas de médio e grande porte. Segundo dados analisados o número atual é de aproximadamente, pois não há indicadores precisos, três empresas, duas de grande porte e uma de médio porte. Hoje, o movimento conta com a parceria de algumas das prefeituras locais (Santo André, Diadema e, mais discretamente, de Mauá), com a do Governo Federal, através do Programa Brasil Alfabetizado; a do próprio Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos Automotores da região.

A presente análise levanta vários aspectos que podem ter sido responsáveis pela grande redução da parceria das grandes empresas com o MOVA-Regional: o primeiro deles diz respeito ao fato das indústrias da região não necessitarem de mais mão-de-obra alfabetizada nessa faixa etária, fazendo-

as, portanto, afastarem-se do movimento; o segundo relaciona-se ao não retorno do investimento feito, ou seja, como os alunos do MOVA-Regional possuem características que não atendem diretamente às necessidades empresariais de um mercado altamente competitivo (senhoras e senhores, em sua maioria, com mais de 50 anos de idade; adolescentes com necessidades especiais e adolescentes excluídos do ensino regular), não haveria razão em patrocinar ações voltadas para esse público; a expansão do ensino médio poderia constituir-se como um terceiro aspecto e, por fim, um quarto fator seria a redução das taxas de analfabetismo na região em níveis tão baixos que não exigissem mais investimentos nessa modalidade de ensino. Além desses aspectos, o pouco número de empresas envolvidas com o movimento pode ainda se relacionar à escassez, à falta de sistematização de dados e à reduzida difusão de informações básicas sobre o investimento e o desempenho dos educandos. Essa ausência de dados confirmando o sucesso no atendimento dos objetivos propostos parece sinalizar que o real motivo para que as empresas saíssem das parcerias tenha sido a falta de credibilidade em suas propostas. Hoje, elas buscam patrocinar ONGs mais organizadas estruturalmente e com mais visibilidade social; nelas, o retorno dos investimentos parece ser mais rápido e melhor aproveitado.

Os dados coletados apontam que o MOVA-Regional não tem conseguido alcançar seus objetivos:

O MOVA-Regional tem por objetivo buscar a integração e o engajamento de diversos setores da sociedade junto ao poder público, a fim de constituir um amplo movimento de alfabetização e educação para cidadania, assegurando a todos os jovens e adultos não escolarizados do Grande ABCD o direito à alfabetização e, ao mesmo tempo, promover a continuidade nos estudos. (MOVA-Regional, 1997, p. 12, grifos nossos)

O MOVA-Regional não tem sido capaz de “buscar a integração e o engajamento de diversos setores da sociedade” e nem tampouco tem sido capaz de manter as parcerias já existentes. Também não conseguiu “constituir um amplo movimento de alfabetização”, isto porque, não há integração entre os próprios municípios da região do Grande ABCD. No final de 2006, apenas os municípios de Diadema e Santo André tinham participação ativa nas atividades do MOVA-Regional.

A nova política de distribuição e gestão dos fundos públicos e privados mudou as antigas formas de reivindicação dos movimentos populares. Se no passado, muitos deles assumiam posturas reativas e defensivas (SOUZA, 2005), hoje, exige-se deles uma postura mais propositiva, tanto que muitos movimentos incorporaram-se às instituições que já os apoiavam ou transformaram-se em ONGs.

Atualmente, algumas ONGs brasileiras têm se destacado pelo alcance social de seus projetos, tornando-se mundialmente conhecidas como referência no desenvolvimento de projetos sérios pautados no trabalho voluntário e no resgate cultural nas camadas mais populares e excluídas da sociedade. Um exemplo de tal mudança foi a criação da ONG Ação Educativa e do Instituto Paulo Freire, ambos na cidade de São Paulo. Juntas, tais instituições contam com grandes parceiros nacionais e internacionais. À frente dessas ONGs estão intelectuais que no passado estavam engajados nos movimentos populares de alfabetização de jovens e adultos no ABCD paulista.

Uma tentativa de adaptação do MOVA-Regional às novas imposições do mercado pode ser percebida na criação da OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que, de acordo com a documentação analisada, permite às empresas parceiras o abatimento dos valores doados (registrados em nota fiscal) no IR – Imposto de Renda, garantindo, segundo o coordenador regional, uma maior autonomia ao movimento.

Nós temos uma OSCIP no MOVA ABCD justamente para captar recursos, para você conseguir dar uma estrutura mínima, para você conseguir realizar o MOVA. Caso haja mudanças nas administrações e lhes digam: olha não queremos mais o MOVA, não que não tenha problema, porque nós achamos que é um dever do Governo Municipal, mas mesmo sem a ajuda de alguns prefeitos temos condições de tocar o movimento. (coordenador regional)

4 Considerações finais

Vários aspectos apresentados mostram que embora se utilizando, no plano discursivo, do princípio freireano de que as relações educativas pressupõem o diálogo fraterno entre todos os membros da sociedade, as práticas do MOVA-Regional em relação à participação social, permitem classificá-lo mais como um movimento político e, em muitos momentos, partidário, do que propriamente dito um movimento de educação popular.

Os resultados obtidos mostram que o MOVA-Regional se distancia dos movimentos populares de alfabetização de adultos, entre outros motivos, por não respeitar as diferenças espaciais, históricas e ideológicas que nortearam a criação de seus precursores. Enquanto os primeiros movimentos e o MOVA-SP iniciaram suas atividades a partir de movimentos populares já existentes, o MOVA-Regional tem sua criação vinculada à iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; os conceitos freireanos de cidadania, participação popular e alfabetização são incorporados à luz das orientações neoliberais que de desde o início dos anos 90 têm influenciado a educação nacional como um todo e passam a ser utilizados a partir da lógica mercadológica. Neste sentido, o MOVA-regional tem contribuído para a redução dos investimentos públicos, nas três esferas governamentais, na área da educação de adultos, desde a sua criação; o voluntariado empresarial, tão defen-

dido pelos gestores do movimento, parece assemelhar-se mais à capacidade que a própria ideologia neoliberal tem para dar respostas às mazelas sociais que ela mesma produz do que efetivamente para promover a universalização da cidadania; as parcerias com as grandes empresas praticamente não existem mais, as poucas empresas que permanecem no movimento não têm sido suficientes para a manutenção da ampliação das salas ou mesmo para a manutenção dos atendimentos já existentes; a não sistematização dos dados quantitativos reforça a tese de que o MOVA-Regional não tem conseguido alcançar seu objetivo maior: a alfabetização e mostram a própria descrença de seus membros quanto a um aspecto tão importante em qualquer processo educativo, seja ele formal ou não-formal, neste sentido, as práticas do MOVA-Regional caracterizam-se mais pela informalidade.

Este texto, embora desvelando vários problemas presentes no MOVA-Regional, não é contrário ao grande poder de mobilização social que ele possui, o desafio é redirecionar esse poder para ações que efetivamente sejam de interesse das camadas sociais mais populares. Também não se mostra contrário à participação dos movimentos populares, quaisquer que sejam eles. Entretanto, acredita ser indispensável a análise dos problemas a ele inerentes e em função do atual cenário político-econômico e de seus possíveis redirecionamentos na busca de uma nova e melhor qualidade para a educação brasileira em todos os seus níveis, condição indispensável para a criação de um país mais justo e verdadeiramente democrático.

**THE SOCIAL PARTICIPATION ON MOVA ABC:
FROM POPULAR MOVEMENTS OF THE YEARS 60
TO THE NEOLIBERAL PERSPECTIVE**

The present manuscript, from the category social participation, analyzes the breaks and present contradictions in the Movement

of Literacy of the ABCD native of São Paulo regarding the proposals of the popular movements of youths and adults of the years 60. Interviews, statements, documents and official documents were used in analyses, based on critical theory, with special emphasis on studies and researches developed under a Freire's educational perspective. The results show that between breaks and contradictions detach itself: the dependence of the movement to the oscillations of the financial resources and interests of the partners involved in detriment to the claims of the bases; the fragility of quick educational formation; The absence of the qualitative and quantitative facts about the demand and performance of the students, the which, allied to the ideological, historical, and spatial differences observed in the present movement, reveal that the Regional MOVA distorts in some moments the proposal of popular education of Paulo Freire utilizing itself of their own principle.

KEY WORDS: Social movement – Political Public – EJA – Popular Education Mova Regional

Referências

- BARRETO, Vera. Paulo Freire para educadores. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.
- BEGHIN, Nathalie. A filantropia empresarial. Nem caridade, nem direito. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- BEISIEGEL, Celso Rui. Política educacional e programas de alfabetização. In: Idéias. São Paulo, 1998 n.1, pp. 16-22.
- DI PIERRO, Maria Clara. As Políticas Públicas de Jovens e Adultos no Brasil do período 1985/1999. Tese de doutoramento, PUC/SP, 2000.
- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. Guia da Escola Cidadã vol. 5. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

GENTILI, Pablo. Como reconhecer um governo neoliberal? Um breve guia para educadores. In: HERON, Luiz e AZEVEDO, José (organizadores). Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1995.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

_____. O protagonismo da sociedade civil. Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

HADDAD, Sérgio. A Educação de Jovens e Adultos (EDA) no contexto das políticas públicas de educação. In: Seminário Internacional Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC/ Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário, 1997.

MOVA, Rede MOVA Brasil. Registro de suas ações (2001-2004). São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2005.

MOVA REGIONAL. Cadernos do MOVA-Regional, 1997.

PAIVA, Vanilda. Educação Popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 1973.

PRADO, Edna. A alfabetização de jovens e adultos no município de Diadema – SP. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 2002.

_____. Um olhar avaliativo sobre o MOVA-Regional no ABCD paulista. Dos movimentos populares dos anos 60 à perspectiva neoliberal. Tese de doutoramento. FCLAr/UNESP, 2007.

SOUZA, Herbert José de. (Betinho). Como se faz análise de conjuntura. 27ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2005.

Recebido em 15 abr. 2009 – Aprovado em 21 dez. 2009.

Para referenciar este texto

PRADO, E. C.; GREGO, M. D. A participação social no Mova Abc: novo cenário, novos atores. *EccoS*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 353-374, jul./dez. 2009.